



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## **Parque Pinheirinho d'Água: a construção coletiva do espaço público**

**Pinheirinho d'Água Park: The collective  
construction of the public space**

*Paula Martins Vicente, PPG FAUUSP,  
paulamv.arq@gmail.com.*

*Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, PPG FAUUSP,  
cathypinheiro@gmail.com.*

## RESUMO

A periferia noroeste da cidade de São Paulo desvela uma paisagem urbana densa onde convivem conjuntos habitacionais, favelas e mais recentemente condomínios construídos pelo mercado imobiliário (na disputa flagrante por esses territórios); esse diversificado mosaico habitacional se acomoda sobre uma base biofísica sensível e exuberante, onde ainda é possível observar a resiliência de extraordinárias áreas úmidas (com suas nascentes, córregos e brejos), matas nativas remanescentes e encostas íngremes de cujos topos se descortinam impressionantes perspectivas desse tão singular mosaico urbano. A população dessa região tem se organizado, de forma expressiva, para a garantia de direitos fundamentais em lutas políticas em torno de causas sociais. Entretanto, têm surgido lutas não apenas em prol de necessidades imediatas, como moradia e saúde, mas, também pela reivindicação de espaços livres públicos, como parques e praças, evidenciando uma sensibilização para as questões ambientais, com um desejo implícito por paisagens mais humanizadas. Esses processos contam, predominantemente, com crianças e educadores como protagonistas. O presente artigo apresenta projetos de Extensão e Cultura que se inserem no âmbito de parcerias entre escola, universidade e poder públicos, discutindo seus ganhos, fragilidades e também a importância de trabalhos dessa natureza na formação técnica e humanística dos participantes e do norte ético que mobiliza pensamentos e ideais em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

**Palavras Chave:** Extensão e Cultura; Educação; Espaço público; paisagem; processo participativo.

## ABSTRACT

The northwest periphery of the city of São Paulo reveals a dense urban landscape where housing settlements, favelas and more recently condos built by the real estate market (in the striking dispute over these territories) coexist; this diverse mosaic of houses spread out on a sensitive and exuberant biophysical base, where it is still possible to observe the resilience of extraordinary wetlands (with their springs, streams and marshlands), remnant native forests and steep slopes from which impressive perspectives of this unique urban mosaic are unveiled. The population of this region has been organized, in an expressive way, for the guarantee of fundamental rights in political struggles over social causes. However, struggles have arisen not only for immediate needs, such as housing and health, but also for the demand for public spaces, such as parks and plazas, showing an awareness of environmental issues, with an implicit desire for more humanized landscapes. These processes rely predominantly on children and educators as protagonists. This article presents Extension and Culture projects that are part of partnerships between school, university and public power, discussing their gains, fragilities and also the importance of works of this nature in the technical and humanistic formation of the participants and the ethical north that mobilizes thoughts and ideals for a more just and solidary society.

**Key words:** Extension and Culture; education; public space; landscape; participatory process.

## INTRODUÇÃO

Diante do crescimento das cidades metropolitanas, principalmente no século XX, como fruto dos processos favorecidos pela industrialização, observa-se uma intensificação na produção de espaços urbanos centrais e periféricos, onde os primeiros se apresentam mais infraestruturados e atendidos pelos investimentos públicos e os segundos, que cada vez mais aumentam suas populações, não são atendidos, em sua totalidade, pelas infraestruturas e pelas políticas públicas.

Desse modo, São Paulo se apresenta como um exemplo que comprova esses aspectos, onde as comunidades periféricas, em sua maioria, se encontram diante de graves questões ambientais e sociais a serem resolvidas e não encontram amparo nas ações estatais, que se mostram insuficientes para atendê-las.

A região noroeste do município de São Paulo, por sua vez, sobretudo a partir da década de 1990, apresentou um acelerado e desordenado processo de ocupação territorial por moradias– favelas, assentamentos autoconstruídos (muitos deles em regime de mutirões) e conjuntos habitacionais edificadas pelo estado e pelo município – em detrimento de planejar uma ocupação ordenada onde as questões ambientais também fossem colocadas. Desse modo, a enormidade de fragmentos ambientais resultante de tais ocupações e as próprias áreas edificadas formaram um grande mosaico a ser conectado, a fim de trazer melhores condições de vida aos moradores.

Ante essa realidade, onde as políticas públicas, em suas diferentes instâncias, não se mostram capazes de voltar suas atenções e investimentos, surge um campo extremamente rico para oportunidades junto à universidade. Esse é o quadro que se desenvolve desde o início dos anos 2000 no distrito do Jaraguá, na região dos bairros Parque Panamericano, Parque Nações Unidas e Jardim Rincão, a noroeste do município, que se transformou em um laboratório para experiências desenvolvidas junto com a comunidade, perpassando pelo ensino, pesquisa e extensão universitária.

Nesse local, onde as questões por moradias, acesso aos equipamentos públicos de saúde, educação cultura e lazer, atendimento as necessidades básicas de saneamento e transporte se mostram latentes, pensar em questões de meio ambiente e de requalificação dos espaços livres públicos, pode parecer uma utopia. Mas não é isso que vem demonstrando os moradores, que desde os primeiros contatos com a universidade, já colocaram os seus interesses em habitar também a cidade, entendendo que o morar não acontece apenas da porta para dentro de suas casas.

Os primeiros contatos com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP – para discutir questões urbanas e paisagísticas, ocorridos no ano de 2002, foram motivados pela demanda dos moradores para a implantação de um parque urbano próximo à área onde havia se implantado um conjunto habitacional sob regime de mutirão. Esses moradores, articulados com escolas da rede pública da região, realizaram uma parceria com técnicos de Prefeitura e integrantes da universidade para elaborar o projeto do parque na área reservada para tal finalidade.

Essa parceria mobilizou um grande número de estudantes e moradores entorno do projeto para o futuro parque, o atual Parque Municipal Pinheirinho D'Água. Dentro das propostas de construção desse espaço, as escolas realizaram atividades de estudo do meio físico da região e dos córregos que permeiam a área do parque, aplicaram questionários aos moradores para levantamento das demandas e desejos para o espaço, promoveram a eleição do nome do parque, realizaram oficinas para elaboração de projeto e participaram de reuniões junto ao corpo técnico da Prefeitura

Municipal. Esse processo foi longo e resultou em um projeto participativo muito rico junto aos alunos da pós-graduação da FAUUSP.

Em 2004, nova parceria com a comunidade local foi realizada, agora no âmbito de uma disciplina optativa de paisagismo da graduação da FAUUSP, cujo objetivo era projetar coletivamente uma praça em uma gleba existente na região. Do mesmo modo que na atividade ocorrida em 2002, a demanda veio da própria comunidade e o processo sempre teve em vista a participação e a parceria entre moradores e estudantes da universidade como uma forma de construção de conhecimento coletiva, onde estudantes e comunidade aprendiam e ensinavam simultaneamente, baseados em suas experiências e vivências. Nessa proposta foi projetada a Praça da Nascente, localizada no Conjunto City Jaraguá IV.

Do mesmo modo que no projeto do Parque Pinheirinho d'Água, escolas públicas municipais também se envolveram nesse processo e participaram da etapa de conhecimento da formação do local, levantamento do espaço físico onde a praça está inserida e elaboração do projeto paisagístico para o local. Foram realizadas diversas atividades envolvendo a comunidade escolar e os alunos da graduação: visitas ao local guiadas pelas próprias crianças moradoras do conjunto, produção de desenhos pelos alunos das escolas, entrevistas com os moradores do conjunto e mapeamento de suas atividades cotidianas. Todo o material foi reunido e discutido, resultando no desenvolvimento de propostas síntese que contemplassem os desejos da comunidade. Ao final da disciplina da graduação, a comunidade escolar que havia participado do projeto organizou uma visita à Universidade de São Paulo para assistir a apresentação final das propostas elaboradas.

No ano de 2011, é retomada a parceria entre a FAUUSP e a comunidade do Jaraguá, agora motivada pela proposta de retomada das atividades realizadas no Parque Pinheirinho d'Água, que nesse momento já estava implantado e entregue para a população, desde 2009, mas se encontrava subutilizado. Nesse momento, iniciou-se nova parceria, através da extensão universitária, que possibilitou também novos desmembramentos dentro do ensino, da pesquisa e da organização da comunidade.

Diante das particularidades e riquezas do processo junto ao Parque Pinheirinho d'Água, o presente texto busca apresentar e refletir sobre o desenvolvimento dos trabalhos realizados e os frutos possibilitados por essas experiências construídas pela parceria universidade-comunidade.

## **O COMEÇO DE UMA HISTÓRIA**

### **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA**

O Parque Municipal Pinheirinho d'Água está localizado na região noroeste de São Paulo, na Subprefeitura de Pirituba-Jaraguá, no distrito do Jaraguá. Essa região é fortemente marcada pela presença habitacional, seja através de empreendimentos de grande porte providos pelos poderes públicos municipal e estadual, seja através da autoconstrução ou, mais recentemente, pelos condomínios fechados com edifícios de poucos andares. Os loteamentos industriais e seus remanescentes também se destacam na área devido a atração que a proximidade com os eixos rodoviários oferece. As pedreiras, ainda que inativas ou em fraca atividade, também tem suas presenças destacadas na paisagem.

A principal ligação viária para o centro da cidade é a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães. E as conexões para fora do município se dão pelas rodovias Anhanguera e Bandeirantes e pelo trecho oeste do Rodoanel Mário Covas.

Nessa região, localizam-se também importantes áreas verdes e grandes parques da cidade: o Parque Estadual Jaraguá, onde se situa o pico de mesmo nome, o Parque Estadual da Cantareira e os parques municipais Anhanguera, São Domingos, Rodrigo de Gasperi, Jardim Felicidade e Cidade de Toronto.



Figura 01: Localização do Parque Pinheiro d'Água. Fonte: CHINEN, 2012.

Aproximando-se da área do Parque Pinheiro d'Água, podemos observar uma morfologia bastante diversificada, onde se encontram nascentes, brejos, planícies junto aos córregos, maciços importantes de mata atlântica, encostas com alta declividade e topos de morros que possibilitam belas condições de mirantes. A fauna também apresenta grande expressividade com a presença de diversas espécies de pássaros e animais terrestres.

O parque está localizado na sub-bacia hidrográfica do Rio Juqueri e, portanto, na bacia do Alto Tietê; é atravessado por três córregos: o Pinheiro d'Água, o Poço Grande e o Vargem Grande, também conhecido popularmente como Córrego do Fogo, que nasce nas encostas da Serra da Cantareira.

Somando-se as condições naturais, a região se forma também por meio de um mosaico social que exhibe seus contornos mais injustos, com a precariedade de muitas moradias, a ausência de infraestrutura básica em termos de saneamento, equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, mobilidade urbana, lazer, recreação e segurança. Por outro lado, na recusa de aceitar um destino que parece imposto, imutável e esquecido pelas políticas públicas, desenvolvem-se práticas de resistência expressas por movimentos sociais, coletivos de cultura e grupos organizados de educadores e estudantes, entre tantos outros que aqui poderiam ser citados.

Diante desse quadro, a região de Pirituba-Jaraguá se mostra singular dentro do município de São Paulo, apresentando paradoxos socioambientais e constituindo um desafio para arquitetos, urbanistas, paisagistas, geógrafos, ecólogos, e outros tantos estudiosos e projetistas do espaço urbano.

## HISTÓRICO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O desejo e o entendimento das potencialidades oferecidas por um parque urbano na escala do bairro, junto a áreas em expansão habitacional, começou a ser formado na região do Parque Panamericano, no distrito da Jaraguá, em princípios da década de 1990, quando parte da gleba, originalmente pertencente à Companhia City, teve sua ocupação iniciada pelo Movimento de Moradias que buscava a construção de habitações dignas no local.

Na medida em que a área foi sendo ocupada pelos edifícios do conjunto habitacional Vila Verde, construído em regime de mutirão, os novos habitantes, tomados pela bela paisagem do entorno, começaram a cultivar em seus imaginários a ideia de um parque público no terreno localizado em frente de suas moradias. A partir desse momento, com o direito a moradia conquistado e almejando por melhores condições de habitar a cidade, os moradores começam a expandir suas reivindicações também no tocante aos equipamentos e espaços públicos urbanos.

Com a conquista de escolas, ruas pavimentadas, drenagem e transporte público, ampliou-se cada vez mais o desejo da construção de um parque para atender também as necessidades de lazer, esporte, melhoria na qualidade de vida e das condições ambientais. Desse modo, os moradores, que também integravam o movimento de moradias, e a comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF – Deputado Rogê Ferreira, naquele momento uma “escola de latinha”<sup>1</sup> localizada ao lado do Condomínio Vila Verde se organizaram e realizaram, em fevereiro de 2001, a primeira reunião com funcionários do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), para solicitar a implantação de um parque em área destinada para tal uso.

O espaço indicado pelos moradores para a implantação do parque era uma área de aproximadamente 250.00m<sup>2</sup>, localizada em frente ao Condomínio Vila Verde e que era vigiada dia e noite, pelos próprios moradores, a fim de evitar invasões e o depósito ilegal de entulhos. A área era remanescente de um parcelamento industrial da Companhia City e possuía interesses estatais para transformá-la em um conjunto habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

Após essa primeira reunião realizada na SMMA, cada um dos setores envolvidos ficou responsável por uma função para dar continuidade ao processo. O DEPAVE, representado pelo seu diretor naquele momento, o arquiteto Caio Boucinhas, se responsabilizou pelo desenvolvimento do projeto. Ao identificar a potencialidade da mobilização popular dos moradores e da comunidade escolar, convidou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para elaborar, em conjunto com as forças populares e os técnicos da Prefeitura Municipal, o projeto do futuro parque.

A partir de então, várias atividades foram se desenvolvendo e mobilizando cada vez mais moradores e estudantes. Nos anos de 2001 e 2002, sob coordenação da professora Nídia Pontushka, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e do protagonismo incansável da professora de Geografia da EMEF Deputado Rogê Ferreira, Márcia da Penha

---

<sup>1</sup> Escola de latinha é a denominação popular dada as escolas provisórias que foram instaladas em caráter emergencial durante a gestão do prefeito Celso Pitta, na Prefeitura Municipal de São Paulo, entre os anos de 1997-2000; essas construções se assemelhavam a containers em estruturas metálicas e apresentavam graves problemas de conforto térmico e isolamento sonoros.

Rezende, foram realizados Estudos do Meio<sup>2</sup> na área, com o objetivo de entender e realizar um levantamento das questões naturais, sociais, culturais e urbanas onde seria implantado o parque; foram elaborados relatórios, fotografias, desenhos e maquetes a fim de subsidiar o projeto que seria desenvolvido.

Da mesma maneira, moradores, professores das redes públicas e técnicos da Prefeitura, por sua vez, realizaram vistorias da área e produziram uma lista de sugestões de atividades e equipamentos que gostariam que o parque comportasse, configurando um primeiro programa para a elaboração dos estudos preliminares, onde apareceram brinquedos para crianças, campo de futebol, quadras esportivas, pistas de skate, centro de convivência, centro de educação ambiental, área para piqueniques, lago, proteção da nascente, mirantes e outras variadas possibilidades.

No segundo semestre de 2001 é realizada uma eleição para a escolha do nome do parque e, após um processo democrático e participativo, elege-se Pinheirinho d'Água, homenageando uma planta aquática existente nos riachos da região e um dos córregos que percorre a área do parque.

A parceria com a FAUUSP inicia-se em 2002, por meio da disciplina de Pós-graduação "Estúdio da Paisagem", coordenada pelos professores Catharina Pinheiro C. S. Lima e Paulo Renato M. Pellegrino, que contou com uma turma de cerca de 30 alunos (mestrandos e doutorandos). Com a presença dos estudantes da universidade e dos técnicos da SMMA intensificam-se os processos para a elaboração do projeto junto à comunidade, que já havia adquirido um conhecimento do local e das demandas levantadas. A ideia de construção coletiva de um conhecimento empírico-teórico norteou todo o processo, favorecendo um rico aprendizado para todas as partes envolvidas.

Durante as etapas de elaboração do projeto, a participação e a integração entre comunidade, universidade e poder público se mostraram determinantes para a continuidade e a concretização do processo. Desse modo, foram realizadas oficinas, visitas de campo, Estudos do Meio e debates, resultando em um riquíssimo acervo de informações sobre os desejos e demandas que, sintetizados constituíram o programa de usos do parque. Vale ressaltar também o protagonismo de crianças e jovens que assumiram e encabeçaram as entrevistas e a leitura do território junto aos adultos, possibilitando e balizando as decisões programáticas.



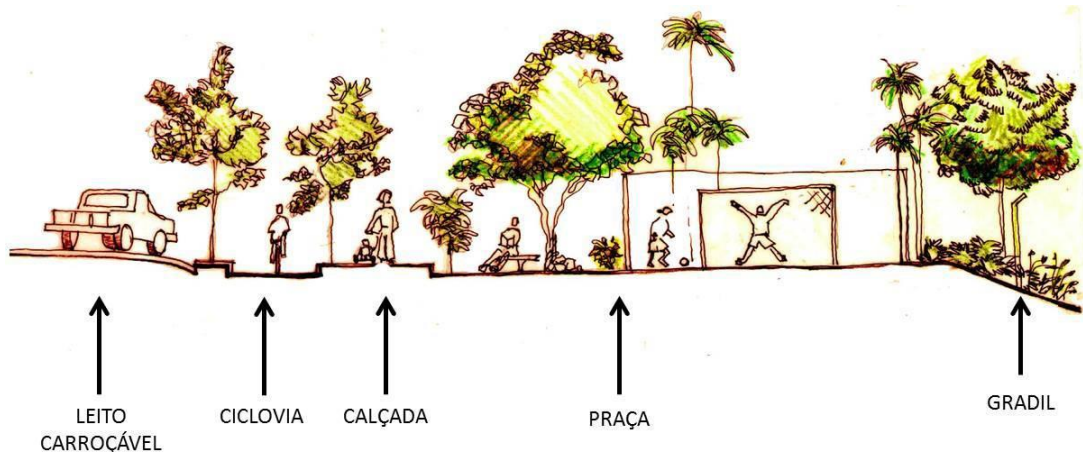
Figura 02: Estudantes e moradores durante oficina de projeto. Fonte: LABPARC – acervo

<sup>2</sup> O Estudo do Meio é um método de ensino interdisciplinar que propõe contato direto e vivenciado com o meio ou espaço geográfico que será estudado, produzindo novos conhecimentos através de um olhar investigativo.

*Charrette, 2002.*

Com a definição dos principais pontos e conceitos elencados durante os encontros entre os técnicos da Prefeitura, os estudantes da FAUUSP e a comunidade foram produzidos materiais sínteses que subsidiaram as etapas posteriores do projeto. Com a coleta desses materiais e dos conhecimentos adquiridos em campo, os estudantes da FAUUSP e os técnicos do DEPAVE, organizados em quatro equipes interdisciplinares, ficaram imersos, durante uma semana nas salas de aula, para produzir quatro propostas para o parque. Esse processo de imersão projetual ficou conhecido entre os arquitetos e os técnicos participantes como *Charrette*, fazendo-se referência aos processos semelhantes que aconteciam nas Escolas de Belas Artes de Paris, no século XIX e nas universidades canadenses, no século XX.<sup>3</sup>

Diante da complexidade das restrições ambientais – presença de nascente, Áreas de Preservação Permanente (APPs) junto aos córregos e altas declividades – colocadas pelo local onde seria implantado o parque, os grupos inovaram nas respostas projetuais de maneira criativa e singular, a fim de atender os pontos conceituais já definidos junto à comunidade. Um desses pontos norteadores de todos os projetos foi a construção de uma borda de atratividade em todo o perímetro do parque, formando-se uma espécie de “praça-parque” em toda a sua extensão, de modo a garantir que, quando o parque estivesse fechado, a borda permanecesse com suas atividades e usos normais, absorvendo também os equipamentos de maior impacto – skates, quadras, playgrounds – ao mesmo tempo em que salvaguardava a área ecologicamente sensível do interior do terreno.



*Figura 03: Proposta para a calçada atrativa. Fonte: LABPARC – acervo Charrette, 2002.*

Os projetos avançaram também em propostas criativas quanto ao uso da água, possibilidades de mirantes, caminhos palafitados sobre os brejos e observatórios de pássaros; demonstraram

<sup>3</sup> No século XIX, na École Nationale Supérieure de Beaux-Arts de Paris, desenvolveu-se um procedimento metodológico no qual professores propunham a seus estudantes de Arquitetura a elaboração de um projeto complexo, que deveria ser realizado ao longo de uma semana, em ateliê de total imersão; ao fim do prazo estipulado, uma charrette (a rigor, um carrinho de mão) passava entre os estudantes, recolhendo os projetos que estivessem finalizados. O método, portanto, baseava-se em duas prerrogativas: complexidade temática e prazo curto de realização; para isso, é que se criavam condições capazes de propiciar o desenvolvimento de um trabalho de total concentração, ao longo de uma semana de imersão (dia e noite). No final do século 20, universidades canadenses adotaram esse procedimento, entre suas práticas pedagógicas, introduzindo novas variáveis, tais como: interdisciplinaridade, participação popular e, quando possível, interinstitucionalidade.



interesse na recuperação e valorização dos recursos naturais – nascentes, córregos e vegetação – bem como a implantação de corredores verdes conectando o Parque Pinheirinho d'Água a outras áreas e maciços vegetais nas proximidades.

Após a finalização das propostas houve uma apresentação e discussão com a população na EMEF Deputado Rogê Ferreira; em seguida, uma exposição itinerante com os quatro projetos percorreu as demais escolas públicas no entorno do parque, para que mais pessoas pudessem ter acesso e discutir o que estava sendo proposto.

Em novembro, para efetuar a síntese do processo desenvolvido junto à universidade, reuniram-se, no edifício da Pós-Graduação da FAUUSP, representantes das partes envolvidas – comunidade escolar, população em geral (com presença de integrantes dos movimentos sociais), técnicos do DEPAVE e estudantes e professores da universidade – para o fechamento do programa de usos do parque. Após um amplo debate, onde trocas, supressões, acréscimos e concessões foram feitos, delineou-se em conjunto o programa final. Essa síntese foi formalizada e entregue ao DEPAVE para elaboração do anteprojeto com os técnicos que haviam participado do processo. Após essa etapa, visando a implantação do projeto, o material foi encaminhado ao escritório do arquiteto Raul Pereira, para o desenvolvimento do projeto executivo, que também contou com participação de representantes sociais ao longo de sua elaboração.

Todo esse percurso de pesquisa e projeto desenvolvido com a parceria entre os estudantes da pós-graduação, a comunidade e os técnicos da Prefeitura, resultou em uma experiência riquíssima para todas as partes, pois possibilitou a construção de um processo de conhecimento que combinou teoria e empiria, conhecimentos técnicos e vernaculares, objetividade e sensibilidade no olhar. As trocas de repertórios e experiências foram cruciais para os desígnios no território, possibilitando um processo participativo de caráter dialógico, e não apenas consultivo ou tão pouco assistencialista. O conhecimento adquirido pela comunidade através da democratização dos saberes técnicos tem potencial para se tornar forte aliado político, como ferramenta de luta por conquistas sociais importantes, equalizando relações de poder; ao contrário, o desconhecimento desse instrumental, restrito aos técnicos, enfraquece a argumentação popular, podendo levar à concretização de decisões que não consideram a participação popular.

É comum observar em processos participativos que as decisões são permeadas de conflitos e contradições entre os atores sociais envolvidos; entretanto, até a elaboração do projeto executivo do parque, o processo transcorreu dentro de um clima relativamente tranquilo, em que as divergências a respeito dos conteúdos programáticos e da localização de equipamentos, puderam ser facilmente contornadas.

Porém, no ano 2004, nas vésperas das eleições municipais, diante da pressão pela construção de edifícios em alvenaria em substituição as escolas de latinha, implantadas na gestão municipal anterior, a Prefeitura de São Paulo, desrespeitando o processo democrático de construção do projeto do Parque Pinheirinho d'Água, determinou a construção do edifício permanente da EMEF Deputado Rogê Ferreira dentro de uma área do parque, contrariando o projeto elaborado. Era evidente a necessidade da mudança da escola para uma construção definitiva e que oferecesse melhores condições de uso, porém não se justifica a violação ao processo participativo desenvolvido anteriormente.

A EMEF Deputado Rogê Ferreira foi então construída dentro de uma das áreas destinadas aos usos do parque, suprimindo a praça de borda proposta no local. Além disso, avançou sobre a área de

APP lindeira ao Córrego Pinheirinho d'Água, cometendo uma infração ambiental em ação francamente deseducativa. Esse episódio é, a rigor, um emblema de ações prejudiciais do próprio estado no trato com o meio ambiente e de desrespeito a processos democraticamente construídos, apontando para a fragilidade da manutenção, no tempo, de decisões coletivas e dos processos participativos dentro das comunidades. A isso, soma-se também a vulnerabilidade intrínseca à construção de espaços livres públicos, no Brasil, que, muitas vezes, tem as áreas verdes encaradas como reserva para a construção de outros equipamentos públicos ou moradias em detrimento da implantação de parques ou da valorização paisagística; não raro, parques e praças são considerados equipamentos secundários a serem construídos depois de atender as necessidades básicas e aparecem desconectados de outras funções urbanas como as das áreas da saúde e da educação.

Em meio a essas contradições, no ano de 2009 o parque foi inaugurado pelo então prefeito Gilberto Kassab, apresentando-se parcialmente construído e com significativas alterações no projeto original, como a supressão da grande praça que abraçava a porção mais sensível ambientalmente, sendo substituída por uma calçada estreita sem a oferta dos equipamentos previstos, prejudicando a sua apropriação.

A insuficiente manutenção, os problemas de gestão e a falta de segurança colaboraram para, aos poucos, formar no imaginário da população do entorno, uma imagem de um local ermo, baldio, abandonado e perigoso, salvo onde foram construídos alguns equipamentos, como o campo de futebol e o Centro de Educação Ambiental. Isso revela, por parte do poder público, o descaso por um processo participativo e democrático e, pior ainda, o não reconhecimento do direito de populações periféricas de baixa renda a áreas públicas de qualidade.

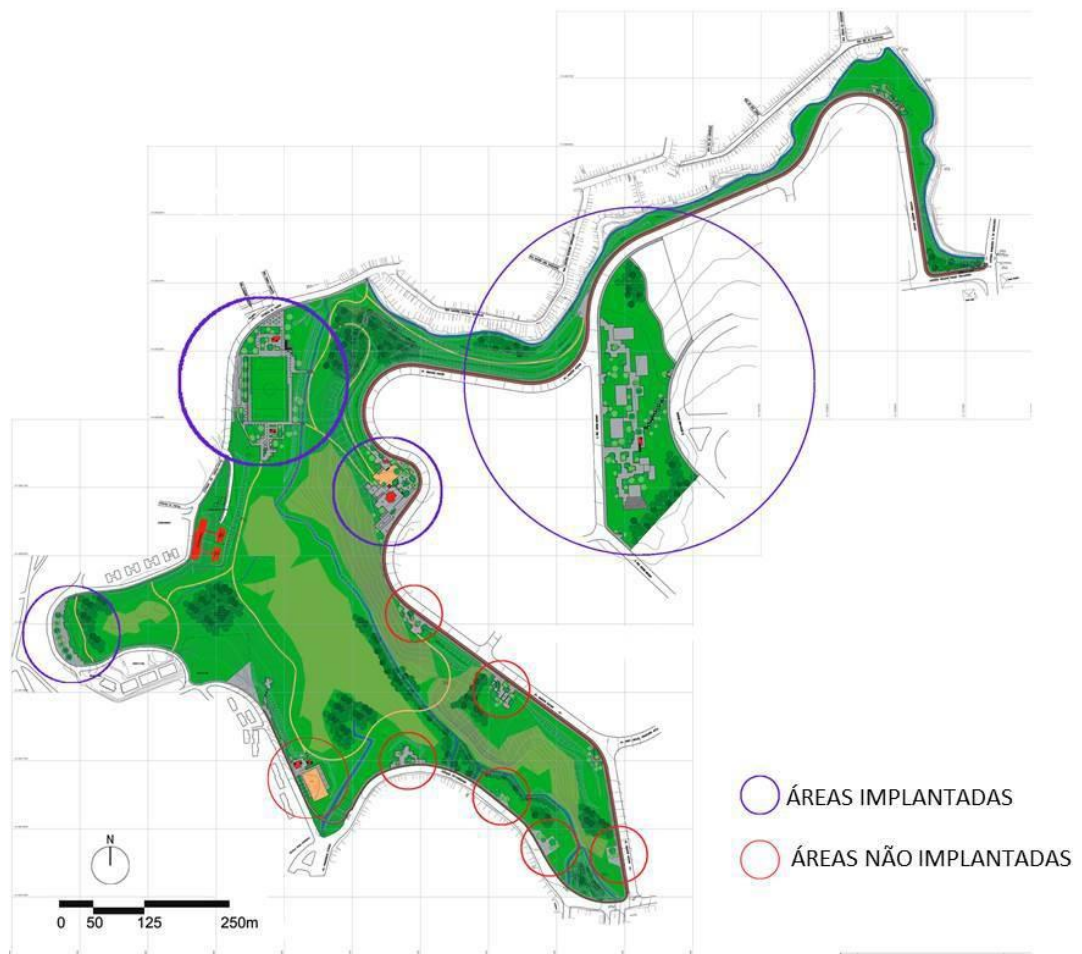
Desse modo, através de relatos do Conselho Gestor, pode-se observar que o parque continuou, até meados de 2013, tendo uma baixíssima presença de frequentadores, sendo que muitas pessoas, ainda que residentes em seu entorno não reconheciam aquela área como um parque público.

### **POR UM PARQUE VIVO: A LUTA DE UMA COMUNIDADE PELO ESPAÇO PÚBLICO**

Em 2011, nesse cenário de subutilização do Parque Municipal Pinheirinho d'água, inicia-se, com as alunas de graduação em arquitetura e urbanismo Paula Martins Vicente e Vanessa Kawahira Chinen, sob a orientação da professora doutora Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, o projeto de extensão universitária *Por um parque vivo: A luta de uma comunidade pelo espaço público*. O projeto teve como um de seus principais objetivos entender os motivos que levaram a não apropriação e não utilização do parque por parte da comunidade local, já que o mesmo se encontrava implantado e inaugurado desde 2009.

O projeto de extensão universitária foi elaborado a fim de responder a uma solicitação apresentada pelo Conselho Gestor do Parque, que se mostrava bastante envolvido com o compromisso de tornar o espaço vivo e democraticamente apropriado. Naquele momento, a formação do Conselho contava com dois integrantes também dentro da rede escolar pública municipal – Márcia da Penha Rezende, coordenadora pedagógica da EMEF Padre Leonel Franca, e Fernando José Mendonça de Araújo, diretor da EMEF Deputado Rogê Ferreira – que também foram personagens importantes e sempre estiveram presentes, desde o início do processo, em 2001-2002, durante a elaboração do projeto do parque, quando foram feitas as primeiras conversas junto à membros da FAUUSP.

Em sua fase inicial, a extensão universitária teve como objetivo desenvolver um levantamento dos trechos implantados do parque e compará-los com o projeto executivo contratado pela Prefeitura nos anos 2004-2005. Para isso, tendo em mãos o projeto paisagístico desenvolvido pelo escritório do arquiteto Raul Pereira, foram realizadas visitas de campo para reconhecimento do local, verificação do projeto implantado e coleta de dados que possibilitassem realizar um diagnóstico entre aquilo que havia sido projetado e a realidade da implantação executada. As vivências em campo possibilitaram não apenas a obtenção de dados da base física do parque, como também foram importantes para a identificação dos usuários e da maneira como os espaços do parque eram utilizados. Das 11 áreas propostas pelo projeto, constatou-se que apenas 4 estavam implantadas e 1 área havia sido ocupada pela construção do edifício escolar da EMEF Deputado Rogê Ferreira, conforme já descrito anteriormente.



*Figura 04: Levantamento do situação de implantação do projeto desenvolvido. Fonte: VICENTE, 2012.*

Pelo fato do projeto de extensão universitária ter-se dado a partir das demandas apresentadas pelo Conselho Gestor e estar trabalhando dentro das diretrizes da pesquisa-ação, tal com proposta

por Michel Thiollent<sup>4</sup>, durante o processo, houve o compromisso e a necessidade de constantes exposições e conversas com os moradores, construindo-se assim um processo participativo. Desse modo, reuniões e encontros foram realizados entre membros da universidade e da comunidade, buscando-se uma maior compreensão e entendimento dos pontos levantados em campo. Como definido pela pesquisa-ação, se preconizou a parceria das pesquisadoras com o objeto de estudo, sendo que os resultados e os caminhos desenrolados pelo projeto foram dependentes dessa ação conjunta, não existindo um controle total do processo, uma vez que este contemplava os diversos atores sociais na dinâmica do tempo.

A partir desses encontros, onde as análises realizadas pelas estudantes de arquitetura foram expostas aos moradores e eles auxiliaram no reconhecimento de novos problemas, a extensão universitária foi ganhando novos rumos e iniciou-se a etapa seguinte, que teve como objetivo aprofundar a investigação junto à comunidade, identificando os usos que ocorriam nas dependências do parque e em seu entorno e a compreensão dos elementos que atraíam ou afastavam a população desse equipamento urbano.



*Figura 05: Reunião realizada, em 2012, no Centro de Educação Ambiental do parque com a participação de integrantes da FAUUSP, do Conselho Gestor do Parque Pinheirinho d'Água e da comunidade. Foto: Paula Martins Vicente.*

Nessa etapa investigativa, devido ao contato com os educadores integrantes do Conselho Gestor e pela temática do parque estar latente dentro do ambiente escolar onde eles desenvolviam suas atividades, optou-se por uma aproximação como os estudantes dessas escolas, a fim de que eles participassem do processo, auxiliando na busca de respostas as questões colocadas pelo projeto.

O trabalho realizado com os estudantes iniciou-se em setembro 2011, na EMEF Padre Leonel Franca, dentro do projeto EDUCOM<sup>5</sup>, coordenado pela professora Karina Laine, que desenvolvia atividades de mídias digitais e produzia um jornal de circulação interna na escola. Nas atividades propostas, os alunos que participavam do projeto conheceram o histórico de formação do parque

<sup>4</sup> Para mais informação sobre a metodologia da pesquisa-ação, consultar THIOLENT, 1997.

<sup>5</sup> O EDUCOM é um projeto pedagógico de políticas públicas brasileiras voltado ao uso e difusão da informática para o ensino, no qual professores e estudantes trabalham diversas linguagens e mídias

e tiveram acesso ao projeto paisagístico contratado pela Prefeitura, mas que não havia sido implantado em sua totalidade. Além disso, os jovens também puderam expor suas experiências na área, destacando elementos que os impediam de frequentar mais aqueles espaços, tais como: a falta de equipamentos – brinquedos nos playgrounds, ciclovia, bebedouros e sanitários funcionando – e a falta de segurança, que, segundo constatação dos próprios estudantes, favorecia a apropriação do espaço por usuários de drogas, intimidando a presença de outros frequentadores.

Os alunos do Projeto EDUCOM também participaram da extensão universitária através de entrevistas com usuários do parque e moradores do entorno. Cerca de 20 estudantes do ensino fundamental I e II aplicaram 44 questionários aos moradores e demais alunos da escola. A análise desses dados evidenciou e confirmou o que já havia sido destacado, que a falta de segurança e de equipamentos eram fatores determinantes para a não utilização do parque. Como já apontado por Jacobs (2011), a segurança e a depredação dos espaços públicos são fatores diretamente relacionados com os usos e os “olhos” para esses espaços, ou seja, sem uso e apropriação por parte da comunidade, ocorrem ocupações e atividades indevidas que só corroboram para a manutenção desse ciclo.

### **CHARRETTE 2012**

Dando continuidade a etapa investigativa da extensão universitária junto à comunidade e viabilizado por meio do Laboratório Paisagem Arte e Cultura (LABPARC/ FAUUSP), em março de 2012, se realizou na EMEF Deputado Rogê Ferreira uma semana de atividades voltadas a pensar o Parque Pinheirinho d'Água. Após reuniões com os educadores da escola - Fernando José Mendonça de Araújo, diretor e também membro do Conselho Gestor do Parque, Aparecida Costa dos Santos, vice-diretora, e Elizabeth de Toledo e Silva e Sinara Maria Simonetti Pavan, coordenadoras pedagógicas – elaborou-se coletivamente um cronograma de atividades voltadas a todo o corpo discente, com o propósito de intensificar as relações de caráter pedagógico entre escola e parque e buscar respostas às novas questões colocadas pelo projeto de extensão universitária: “como o parque poderia ser apropriado pela comunidade e pela escola?” e “quais desejos dos alunos para fortalecer a relação entre a escola e o parque?”.

A proposição em trabalhar o estreitamento dessa relação se fortaleceu também pelo entendimento que se fez do equipamento escolar como um catalisador de transformações comunitárias a partir do desenrolar das atividades pedagógicas, que em sua convivência com um parque público oferece e recebe, simultaneamente, materiais e situações para o desenvolvimento do ensino e de pesquisas. Somou-se também a isso, a vontade dos educadores da escola em converter um quadro histórico de desrespeito da implantação de seu edifício em uma área que havia sido destinada a usos do parque durante a elaboração do projeto executivo, em 2004-2005. Com as propostas colocadas pelas atividades, pretendia-se, transformar a escola em um ponto de partida para o processo de apropriação do parque, aproximando-se fisicamente dele e mitigando os impactos ambientais criados pela sua construção.

A essa etapa da extensão universitária, e também projeto político-pedagógico de caráter experimental dentro da escola, foi denominada *Charrette 2012* ou *2ª Charrette*, fazendo-se menção ao processo semelhante de imersão projetual realizados pelos estudantes da pós-graduação da FAUUSP, em 2002, quando foi elaborado o projeto para o parque, conforme já descrito anteriormente. O sucesso dessa experiência só foi possível devido a grande parceria que existiu entre a escola – estudantes e educadores – e o LABPARC – estudantes da extensão universitária, professora e consultores. Participaram desse projeto cerca de 1200 estudantes dos

Ensinos Fundamental I e II e do EJA, Educação de Jovens Adultos, que tem suas aulas ministradas no período noturno.

A *Charrette* 2012 foi um processo muito rico de troca entre conhecimentos produzidos dentro da universidade – nos campos técnicos de arquitetura, urbanismo e paisagismo – e da comunidade escolar. Merece ser aqui destacada pela singularidade que trouxe dentro do desenvolvimento do projeto de extensão universitária, produzindo conhecimentos vivenciados pelo contato com estudantes e educadores da rede pública municipal e possibilitando visualizar, na prática, o espaço físico como algo indissociado dos usuários.

As atividades se desenvolveram entre os dias 19 e 23 de março de 2012 e teve uma produção de cerca de 1740 trabalhos propositivos, individuais e coletivos, de intervenção nas áreas do parque. A programação elaborada em conjunto entre os educadores da escola e integrantes da universidade previa uma interação dos estudantes com o parque através de visitas, contato com o processo de formação da área, estudos com mapas e fotos aéreas e a elaboração de propostas para expressar os desejos de transformação do parque em um lugar mais atrativo, com mais atividades e equipamentos, buscando uma ligação e usos mais intensos pela escola.

Durante a semana da *Charrette*, as aulas foram suspensas e estudantes e professores se dedicaram exclusivamente ao projeto, que teve como objetivo voltar os estudos para o parque que, apesar de próximo em suas vivências do dia-a-dia, muitas vezes era ignorado devido à situação de abandono na qual se encontrava; foi um momento de refletir sobre assuntos relacionados à cidade e as suas realidades. Buscou-se não ser apenas um evento, mas uma nova possibilidade de pensar o ensino construído junto e a partir dos conhecimentos dos alunos, como se preconiza Freire (1996). Em cada dia de atividades havia a proposição de uma temática diferente, porém, os professores tiveram a autonomia para conduzir os trabalhos da maneira mais adequada dentro de sua área de ensino. Desse modo, foram desenvolvidos os mais criativos exercícios e produtos para responder as questões colocadas.

| SEMANA DE DESENVOLVIMENTO DA CHARRETTE – 19 a 23 de março de 2012 |  |  |  |   |
|---|--|--|--|---|
| 19 de março   | 20 de março  | 21 de março  | 22 de março  | 23 de março                             |
| MEMÓRIA +<br>REPERTÓRIO   | CARTOGRAFIA<br>SENTIMENTAL +<br>DESEJOS PARA O<br>PARQUE | DESEJOS PARA<br>O PARQUE +<br>USOS DO<br>PARQUE PELA<br>ESCOLA | USOS DO<br>PARQUE PELA<br>ESCOLA +<br>MONTAGEM DA<br>EXPOSIÇÃO | EXPOSIÇÃO +<br>APRESENTAÇÕES +<br>FESTA |

Tabela 01: Síntese da programação organizada para o desenvolvimento da *Charrette* na escola.

A *Charrette* possibilitou não apenas as reflexões sobre o parque, mas também uma mobilização e uma modificação de toda a escola nos processos pedagógicos. Os estudantes circulavam entre as salas, entre os demais espaços da escola e vivenciaram o parque através de derivas em seus espaços. Os educadores também experimentaram diferentes formas de ensinar, onde havia a troca entre seus pares e muitas vezes aprendiam com as experiências apresentadas pelos alunos. O protagonismo estudantil, as trocas interdisciplinares entre os educadores e a relação que se estabeleceu entre estudantes e professores para apropriação de instrumentos, até então, restritos aos técnicos do campo da arquitetura, no intuito de se construir um entendimento e propostas de usos mais intensos do parque pela escola, foram os maiores resultados desse processo.



*Figura 06: Alunos da EMEF Deputado Rogê Ferreira realizando atividade durante a Charrette 2012.  
Foto: Paula Martins Vicente.*

A intensa semana de atividades e reflexões se encerrou em uma grande festa com apresentações artísticas e a exposição dos trabalhos produzidos, dentre eles: maquetes, desenhos, fotos, textos, poemas e músicas. Todo esse material foi recolhido e sistematizado, identificando-se as percepções no que tange ao imaginário do parque e as demandas das crianças e dos jovens para a área.

Esse processo de sistematização e interpretação dos resultados preconizou tanto a recorrência (quantitativa) dos desejos e demandas expressos, quanto a ocorrência (qualitativa) de expressões singulares e distintas da maioria.

Os itens que mais se destacaram nas produções foram brinquedos, evidenciando uma carência pelo lazer nos espaços públicos. Na sequência observou-se uma manifestação do desejo por árvores, flores e água, expressando a necessidade de maior contato com a natureza. Também foi possível visualizar nas propostas o conhecimento e o entendimento que os estudantes desenvolveram sobre as áreas ambientalmente sensíveis, as APPs, onde foram elaboradas sugestões inteligentes e criativas para a implantação de equipamentos compatíveis com a fragilidade do suporte natural, tais como: trilhas, mirantes, casa na árvore, observatórios de pássaros, observatórios de estrelas, tirolesas e estruturas para a prática do arvorismo – caminhos suspensos, que não impactam o solo.

Além dos produtos elaborados pelos estudantes, também foi importante tomar contato com a visão e com a forma que os professores conduziram as atividades durante a semana da *Charrette*. Através de relatos foi possível perceber, em grande parte dos envolvidos, um entusiasmo em desenvolver projetos pedagógicos promissores e ligados as questões cotidianas. A apropriação de instrumentos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, como mapas, fotos aéreas e processos projetuais também foram elementos que despertaram o interesse de estudantes e de professores, pois, naquele momento, eles tinham o poder de transformação do mundo.

Os resultados da *Charrette* evidenciaram uma troca de saberes entre alunos, educadores da rede municipal e integrantes da universidade. Não existiu um contato apenas de captação de

conhecimento, mas também de dividir o conhecimento individual com a coletividade. A todo momento os papéis de educadores e educandos se alternavam, possibilitando a construção de um rico aprendizado coletivo. Nesse momento, foi possível desfazer a ideia da “criança como receptáculo de ensinamentos.” (NASCIMENTO, 2009, p.47)

O protagonismo das crianças e dos jovens merece também ser destacado como fundamental para o sucesso da *Charrette*, pois eles demonstraram conhecimento de seus locais de vivência, detectaram problemas sociais e urbanos e elaboraram propostas criativas e sensatas a partir da apropriação de um instrumental circunscrito ao círculo restrito de especialistas, como mapas, fotos aéreas, maquetes.

Faz-se necessário apontar também, que a *Charrette* atuou na continuidade de um processo participativo da comunidade escolar em torno dos temas do parque e favoreceu uma retomada de reflexões junto aos moradores, sendo uma espécie de combustível que incentivou as posteriores mobilizações sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS

Todo esse percurso de extensão universitária com viés fortemente pedagógico deflagrou um processo de trabalho entre as 24 escolas municipais do entorno do parque em torno de um objetivo comum, o da elaboração de um novo projeto capaz de potencializar as oportunidades pedagógicas do Pinheirinho d’Água – o desejo de torná-lo um parque educador. Para isso, as escolas se reúnem mensalmente no intuito de socializar experiências de atividades didáticas, reformular pautas político-pedagógicas, criar novos projetos para desenvolvimento de afetos entre a continuidade escolar e esse valioso espaço livre público. Esse trabalho pode ser visto no blog que foi desenvolvido pelo grupo das escolas que fazem parte do Projeto Parque Educador Pinheirinho d’Água, <http://pinheirinhodagua.blogspot.com.br>. Outro importante desdobramento foi o compromisso da Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU – para a criação de um Território CEU, uma nova política dessa municipalidade na expansão dos Centros de Educação Unificada e tendo o Parque Pinheirinho d’Água como importante equipamento na delimitação e na concepção desse Território.

A EMEF Deputado Rogê Ferreira, por sua vez, consolidou e expandiu o escopo da parceria que já vinha realizando com o LABPARC, por meio de um trabalho de formação de professores numa perspectiva de pesquisa e extensão universitária, experiência que fez parte do trabalho *Fenomenologia e paisagem: espaços de transitividade em intervenções associadas ao paisagismo e arte contemporâneos*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), nos anos de 2013 -2014.

É igualmente significativo registrar que essa parceria continua em outra escola do entorno do parque com a pesquisa de mestrado de Paula Martins Vicente – *Espaço livre público como prática educadora* – junto à EMEF Doutor José Kauffmann, com metodologia que preconiza a realização de oficinas com estudantes e professores, práticas que têm em seu âmago, o “espírito da extensão universitária”.



A maneira pela qual todo esse processo de construção de conhecimento tem transcorrido, na adoção de práticas de cultura e extensão que se confundem criativamente com as instâncias do ensino (de graduação e pós) e da pesquisa em suas variadas configurações, leva-nos a confirmar a relevância do que hoje se chama de extensão universitária, mas que, a rigor, investiga e questiona o papel social da universidade pública para além da formação dos quadros profissionais da sociedade e do desenvolvimento de pesquisas. Trata-se também da construção de um conhecimento que tem o concreto como seu esteio, as demandas sociais como base de sustentação e inventividade.

Desnecessário enfatizar os ganhos inequívocos para a formação científica, humanística e política de estudantes de arquitetura e urbanismo em contato mais estreito com a realidade do mundo (de forma participativa e dialógica) por meio de grupos, comunidades e movimentos sociais. Esses estudantes que têm na práxis seu horizonte, não apenas aprimoram a dimensão técnica de sua qualificação profissional, mas, igualmente, desenvolvem um sentido ético incomum em seus trabalhos, aprendem a lidar com conflitos, dissensos e contradições da realidade cotidiana e desenvolvem um senso mais acurado de alteridade, vital na realização de projetos capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

Nesse sentido é com muito contentamento que assistimos a um progressivo incremento das atividades de Extensão e Cultura nas universidades brasileiras (públicas ou não); os seminários anuais que congregam escritórios modelo do Brasil inteiro (SENEMAUs), o número de estudantes que procuram orientadores para projetos dessa natureza e o surgimento espontâneo de coletivos de cultura com foco em trabalhos voluntários de extensão, entre outros formatos, são evidência dessa realidade. Isso nos leva a crer na importância do desenvolvimento de projetos concretos para demandas reais como dimensão crucial da formação universitária, o que nos faz refletir sobre o pensamento do sociólogo e professor Boaventura Souza Santos:

“A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento. É este excesso de lucidez que coloca a universidade numa posição privilegiada para criar e fazer proliferar comunidades interpretativas. A ‘abertura ao outro’ é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino”. (SANTOS, 1995, p.225)

## REFERÊNCIAS

- BOUCINHAS, Caio; LIMA, Catharina Pinheiro C. S. *Parque Pinheirinho d'Água: a luta por reconhecimento e visibilidade*. In: Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, número 33. São Paulo, 2013. p. 11-34.
- CHINEN, Vanessa Kawahira. *Parque-escola: Um novo olhar sobre o Parque Pinheirinho d'Água*. Trabalho Final de Graduação, FAUUSP, São Paulo, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LIMA, Catharina Pinheiro C. S.; BOUCINHAS, Caio. *Challenges of the urban peripheral landscapes*. In: Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 8, p. 61-76, 2016. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692016000100061](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692016000100061), acessado em 25 de novembro de 2016.
- NASCIMENTO, Andrea Zemp Santana do. *A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?* Dissertação (mestrado) FAUUSP. São Paulo, 2009.
- SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.
- VICENTE, Paula Martins. *A Escola como um Parque e o Parque como uma Escola: aprendizado através da paisagem*. Trabalho Final de Graduação, FAUUSP, São Paulo, 2012.